

“LA QUINTA PERLA A SU COLLAR DE GLORIAS”: NACIONALISMO E MEMÓRIA NA CONQUISTA DO MUNDIALITO

Lívia Gonçalves Magalhães

Universidade Federal Fluminense/Brasil

[liviagm@id.uff](mailto:liviagm@id.uff.br)

Envio original: 21-08-2019. Aceitar: 20-09-2019. Publicado: 24-09-2019.

Resumo

No final de dezembro de 1980 e nos primeiros dias de janeiro de 1981, o Uruguai organizou e sediou a Copa de Ouro dos Campeões Mundiais. O torneio, que teve o aval da Fifa, comemorava os 50 anos da primeira Copa do Mundo, no mesmo local e também com vitória da seleção anfitriã. Pouco tempo antes, em novembro de 1980, a ditadura uruguaia realizou um plebiscito cuja consulta era por uma reforma constitucional que significaria a permanência militar no poder. Nossa objetivo é - a partir de fontes consultadas na sede da Fifa e de uma discussão sobre o papel da seleção uruguaia e do futebol como identidade nacional – tentar compreender a conquista esportiva no contexto da construção de memórias do passado autoritário uruguai, considerando o “esquecimento” da vitória durante 2 décadas, inclusive por parte da Associação Uruguaia de Futebol.

Palavras chave: Uruguai, futebol, ditadura, memória.

“La quinta perla a su collar de glorias”: nationalism and memory in the conquest of the world cup

Abstract

At the end of December 1980 and in the first days of January 1981, Uruguay organized and hosted the Gold Cup of the World Champions. The tournament, which was endorsed by Fifa, celebrated the 50th anniversary of the first World Cup in the same place and also with the victory of the host selection. A month before, in November 1980, the Uruguayan dictatorship held a plebiscite whose consultation was for a constitutional reform that would mean the maintenance of the military in power. Our goal is - from sources consulted at FIFA headquarters and a discussion on the role of the Uruguayan national team and soccer as a national identity - to try to understand the sporting conquest in the context of the construction of memories of the Uruguayan authoritarian past, considering the “oblivion” of the victory over two decades, including by the Uruguayan Football Association.

Key words: Uruguay; football; dictatorship; memory.

“La quinta perla a su collar de glorias”: nacionalismo y memoria en la conquista del mundialito

Resumen

En finados de diciembre de 1980 y en los primeros días de enero de 1981, Uruguay ha organizado y sedeado la Copa de Oro de los Campeones Mundiales. El torneo, que tuvo el respaldo de la FIFA celebró los 50 años. Del primer Mundial en el mismo local y también con la victoria de la selección anfitriona. Poco tiempo antes, en noviembre de 1980, la dictadura uruguaya realizó un plebiscito cuya consulta era por una reforma constitucional que significaría la permanencia militar en el poder. Nuestro objetivo es – a partir de fuentes consultadas en la sede de la FIFA y de una discusión sobre el rol de la selección uruguaya de fútbol como identidad nacional – intentar comprender el logro deportivo en el

contexto de la construcción de la memoria del pasado autoritario uruguayo, considerando el “olvido” de la victoria durante 2 décadas, incluso por parte de la Asociación Uruguaya de Fútbol

Palavras-chave: Uruguay; futebol; ditadura; memória.

Introdução

Em reportagem de 10 de janeiro de 1980, às vésperas da final da disputa pela Copa Ouro entre as seleções de Uruguai e Brasil no estádio Centenário, em Montevidéu, o jornal uruguai *El País* publicou:

Celestes... todo el pueblo espera agregar la quinta perla a su collar de glorias.

Y llegó la hora. Es la culminación de un evento inédito, que tuvo la virtud de capitalizar la atención del mundo, ya desde mucho antes que el balón comienza a rodar en aquel 30 de diciembre de 1980 (...) Y para terminar, nuestro deseo fervoroso de que sea quien sea el ganador todo se desarrolle a ritmo de fiesta, dentro y fuera de la cancha, porque nuestro pueblo siempre fue así y el visitante lo merece (*El País*. 10/01/1980: p. 3).

A frase do periódico que dá título a este artigo faz referência às quatro anteriores *glórias* da seleção uruguai de futebol masculino: as conquistas olímpicas de 1924 e 1928 e as Copas do Mundo da Fifa vencidas em 1930 e 1950. Ou seja, no discurso do jornal, o torneio que ficou popularmente conhecido como *Mundialito*,¹ seria a 5ª das glórias, uma conquista considerada tão importante como as anteriores.

Segundo o historiador e ex-jogador de futebol Gerardo Caetano, no Uruguai o futebol é um grande cenário de mitos (*La Nación*, 07/11/2011). E é a partir desta colocação de Caetano que propomos aqui analisar o torneio como um espaço não apenas de interesses da ditadura uruguai, mas de renovação de um consenso a partir da retomada de elementos que marcam a identidade nacional e coletiva do país através de sua tradição futebolística. Ao mesmo tempo, nos interessa também que em 2018 a Copa de Ouro não conste na lista de conquistas na página online da Associação Uruguai de Futebol (AUF). Ou seja: por que o evento tão festejado em sua ocasião permaneceu por tanto tempo esquecido e ainda hoje é questionado?

Durante muitos anos, a memória que permaneceu sobre a associação entre esporte e poder foi a do uso negativo do desporto a favor de interesses políticos. De fato, a abordagem mais comum feita sobre a relação entre esporte e política é relacionada ao seu uso por governos autoritários como forma de legitimação, propaganda política e consenso. Segundo Douglas Vasconcellos, o esporte de forma geral “serviu de móvel, mote e meio de propagandas nacionalistas, de teatro de peças políticas, de

¹ Inicialmente, o nome do evento seria mesmo *Mundialito*. Em uma das primeiras reuniões de organização no início de 1980, Herman Neuberger, vice-presidente da Fifa e responsável da entidade na Comissão Organizadora, propôs a troca do nome para “Copa de Ouro”.

palanque de discursos populistas e de plataforma de pretendido domínio ideológico” (Vasconcellos, 2011: 7). Foi assim nos casos Copa do Mundo da Itália em 1934 e dos Jogos Olímpicos de Berlim em 1936. Estes dois eventos tornaram-se referência nas análises do papel do esporte na política, ao mesmo tempo em que cultivaram uma imagem negativa desta relação.

Ao trazer a questão para a América Latina, o papel que o futebol representa nessas sociedades também foi associado ao período dos últimos regimes autoritários das décadas de 1960 e 1970. Neste sentido, a Copa do Mundo de 1978, realizada na Argentina sob a ditadura civil-miliar (1976-1983), criou a memória da “Copa da ditadura”, mistificando que aquela foi uma conquista do próprio regime, ignorando outras variáveis, atores e realidades que viveram aquele evento (Magalhães, 2014). E a história do esporte está repleta de exemplos que permitem outras interpretações destas manifestações diversas, como o caso do Uruguai e a Copa de Ouro em 1980-81.

Considerando o papel do futebol na construção de identidades e culturas políticas uruguaias, podemos compreender o sentido do interesse da ditadura em organizar um evento em casa em que pudesse construir/renovar determinado consenso em um momento chave para o regime: sua tentativa de institucionalização através de uma proposta de reforma constitucional. De todas formas, devemos considerar também o impacto da Copa de 1978 da Argentina, que rendeu à ditadura um importante momento de diálogo e renovação do consenso quando se esgotava o apoio à justificativa inicial do golpe de 1976, o aniquilamento da “subversão de esquerda” (Magalhães, 2014).

Assim, a ditadura uruguaia se propôs a organizar dois importantes momentos para sua imagem em paralelo: o plebiscito de reforma constitucional de 1980 e o *Mundialito*. Menos de dois meses separavam os dois acontecimentos, o que nos permite considerar que a ditadura não contava de fato com a derrota de seu projeto nas urnas, e que imaginava a possibilidade da vitória em campo consolidando a vitória de seu projeto nacional, em uma grande festa.²

Este artigo é o resultado das primeiras análises de um projeto mais amplo, que procura estudar com profundidade a ditadura e a transição democrática uruguaias a partir das celebrações esportivas. Nesta instância, teremos como base principal os arquivos da Federação Internacional de Futebol (Fifa), que apoiou oficialmente a realização da Copa de Ouro no Uruguai. O artigo está divido em 3 partes principais, além desta Introdução e das Considerações Finais. Na primeira parte, *La Celeste*, propomos um breve histórico da seleção uruguaia de futebol nas primeiras décadas de 1930, quando o país foi considerado se não a maior, pelo menos uma das grandes potências mundiais em campo. Na segunda parte: *Ditadura, transição e memória no Uruguai*, nossa proposta é contextualizar o regime ditatorial que governou o país entre 1973 e 1985, período que engloba a realização da Copa de Ouro. Interessa-nos,

² O Plebiscito ocorreu em 30 de novembro de 1980. Já o *Mundialito* ocorreu entre 30 de dezembro de 1980 e 10 de janeiro de 1981.

também, discutir a memória mais recente sobre esse período, que envolve diretamente o torneio em si. Finalmente, na terceira parte, *A festa uruguaia*, o objetivo é, através principalmente do trabalho de fontes realizado na sede da Fifa, em Zurique, na Suíça, analisar o *Mundialito*, sua organização e preparação dentro do contexto da ditadura.

1. La Celeste

Um dos primeiros mitos do futebol uruguai, como se refere Gerardo Caetano, é o da camisa celeste. Associada à bandeira nacional, a cor do uniforme oficial ganhou tamanha importância que hoje é uma marca registrada (La Celeste), e comemorou em 2010 os cem anos do primeiro uso. Segundo a página online oficial da AUF:

¿Porque del uso de la celeste? El domingo 10 de abril de 1910 el mejor equipo de futbol del Rio de la Plata y de toda Sudamérica - como se decía en los diarios de la época - el Alumni argentino comandado por los hermanos Brown, vino a Montevideo para jugar un amistoso ante River Plate uruguayo. Como Alumni tenía una camiseta igual a la del viejo River de la Aduana, roja y blanca a rayas verticales, River decide utilizar una blusa celeste con pantalones blancos. Ese partido se jugó en el Parque Central y contra todo pronóstico el partido finalizó con triunfo "celeste" por 2 a 1.
Este triunfo de gran trascendencia para nuestro futbol hizo que se resolviera - como homenaje al triunfo de River Plate ante Alumni – utilizar la camiseta celeste por parte de la Selección Uruguaya en su siguiente partido ante Argentina.³

A seleção masculina de futebol do Uruguai foi a primeira potência latino-americana de repercussão mundial. No início do século XX, a seleção uruguaia estava entre as principais do mundo, sendo bicampeã olímpica (Paris 1924 e Amsterdã 1928), quando a Fifa ainda não tinha um torneio próprio e considerava os Jogos Olímpicos a principal competição internacional.

Na primeira edição dos Jogos Olímpicos Modernos, em 1896 o futebol foi um esporte de exibição. Foi somente na edição seguinte, em Paris em 1900, que ele se tornou parte do quadro de disputas. Já o Comitê Olímpico Uruguai foi fundado em 1923, e a primeira participação do país nos Jogos foi no ano seguinte, em Paris, no qual a seleção de futebol já se consagrou campeã. Portanto, o Uruguai era não apenas uma potência regional, mas o país americano de maior destaque no futebol mundial. Na tabela abaixo podemos perceber melhor o impacto da entrada uruguaia na disputa:

³ Disponível em: <http://www.auf.org.uy/Portal/NEWS/4477/>, site consultado em 10/03/2018.

Ano	Cidade sede	Seleção campeã
1986	Atenas	Sem torneio de futebol
1900	Paris	Grã Bretanha
1904	St Louis	Canadá
1908	Londres	Grã Bretanha
1912	Estocolmo	Grã Bretanha
1916	Jogos Suspensos em função da Grande Guerra	-
1920	Antuérpia	Bélgica
1924	Paris	Uruguai
1928	Amsterdã	Uruguai
1932	Los Angeles	Sem torneio de futebol

(Tabela feita a partir da consulta das páginas do Comitê Olímpico Internacional, do Comitê Olímpico Uruguai e da Associação Uruguaia de Futebol.)

Como podemos ver, até a entrada do Uruguai, a grande potência era a Grã-Bretanha. A partir da década de 1930, além do início do torneio próprio da Fifa, também se tornou uma questão para a participação olímpica a profissionalização dos jogadores. Como sabemos, dois anos depois da conquista do bicampeonato, o Uruguai sediou a primeira Copa de Mundo da Fifa, em 1930, quando consagrou-se também a primeira seleção campeã do torneio ao vencer a Argentina, repetindo o placar da final olímpica de 1928. Assim, também nos interessa analisar as conquistas internacionais uruguaias:

Ano	Conquista
1916	Primeira Copa América ⁴
1917	Copa América
1920	Copa América
1923	Copa América
1924	Copa América
1924	Jogos Olímpicos
1928	Jogos Olímpicos
1930	Copa do Mundo Fifa
1935	Copa América
1942	Copa América
1950	Copa do Mundo Fifa.

Fonte: Página oficial da AUF, <http://www.auf.org.uy/Portal/WINS/>.

De fato, a vitória em 1950 na Copa do Mundo no Brasil foi o fim de um ciclo de destaque internacional. Após essa conquista, a seleção uruguaia ganhou apenas outros 2 campeonatos mundiais: em 2004, novamente os Jogos Olímpicos, em Atenas. E, antes disso, a Copa de Ouro, em casa, em janeiro de 1981. Porém, na página oficial da AUF, a partir de 1950 constam apenas os seguintes títulos:

⁴ De fato, eram chamados de Torneio Sul Americano, e só a partir de 1975 a competição passa a ser conhecida como hoje, Copa América. Mas optamos aqui por manter a nomenclatura da página da AUF.

Copa América de 1956, 1959, 1967, 1983, 1987, 1995 e 2011. Ou seja, se entre 1916 e 1950 contamos 11 conquistas em 34 anos, no período entre 1951 e 2011, são não mais do que 9 vitórias em 60 anos.⁵

Considerando, como aponta Rondón ao tratar o futebol sulamericano que “como imaginario, la identidad nacional necesita y se construye en base a determinados mitos e iconos, ya sean de carácter fundacional o, a raíz de los cambios culturales que han acompañado a la globalización y el capitalismo, gracias a la irrupción de nuevas proposiciones identitarias” (Rondon, 2017: 2), se torna ainda mais interessante pensar a procura da ditadura em usar a seleção nacional como parte de sua renovação de consenso. Afinal, como apresentamos acima, desde 1950 o Uruguai não vencia um torneio mundial, mas o mito da celeste, esse se mantinha. E, quando surgiu a possibilidade de retomar esse mito, a ditadura apoiou a AUF na realização de um torneio comemorativo, a partir da ideia de rememoração de celebração da glória esportiva nacional.

2. Ditadura, transição e memória no Uruguai

Uma das marcas da ditadura uruguaia ao tentar compreendê-la desde uma perspectiva regional é sua própria formação. Não houve, como nos outros casos, uma ação que retirou o representante eleito, mas a sucessiva influência política das Forças Armadas a partir de 1971, intensificada em 1973, levou a um golpe apoiado pelo próprio presidente Juan María Bordaberry. Nesta instância, o presidente declarou o fechamento do parlamento e a criação de um Conselho de Estado para substituir as funções legislativas (Marchesi; Winn, 2014).

Como coincidem historiadores como Aldo Marchesi (2010, 2013, 2014), Carlos Demasi (2013) e Gerardo Caetano e José Rilla (2004), para citar alguns dos principais pesquisadores sobre o período, a crise política uruguaia teve início a partir de meados da década de 1960. Primeiro, veio a crise econômica, com a falência de um modelo que tinha garantido estabilidade política, social e econômica ao país desde os tempos do *battlismo*, nas primeiras décadas do século.

A deterioração institucional iniciou-se, de fato, no ano de 1967, incluindo aqui a ação da luta armada. Este foi o ano em que o colorado Jorge Pacheco Areco, vice-presidente, assumiu a presidência após a morte de Óscar Diego Gestido. Seu mandato assumiu um caráter repressivo e iniciou a dicotomia “democracia” X “marxismo”, que ganharia força durante a década de 1970 e na ditadura. Além de proibir os partidos de esquerda, como o Partido Socialista Uruguai, iniciou um projeto de aniquilamento das organizações de luta armada, para o qual convocou oficialmente as Forças Armadas em 1971 (Demasi, 2013). Neste mesmo ano, em um processo eleitoral acusado de fraudes, Juan María

⁵ A vitória nos Jogos Olímpicos de 2004 não aparecem na página oficial da AUF por não ser mais a seleção principal quem disputa o torneio.

Bordaberry, também do partido Colorado e o candidato de Pacheco, foi eleito presidente. Porém, foi em fevereiro de 1973 que ocorreu uma mudança irreversível com a criação do Conselho de Segurança Nacional (COSENNA), através do qual as Forças Armadas passaram a ter participação política de fato no governo. Em 1973 entre fevereiro e o golpe de junho:

la derechización de los mandos militares remarcó la autonomía de las Fuerzas Armadas, que culminaron presionando por desafueros –como los de Enrique Erro y Almícar Vasconcellos– y procesando unilateralmente a militares constitucionalistas. A pesar de que el gobierno de Bordaberry renovaba sus frágiles apoyos políticos (confirmando la presencia de las minorías nacionalistas en el “Acuerdo Nacional”, todo el contexto confluía en el descaecimiento institucional: algunas votaciones clave en el Parlamento (sobre suspensión de garantías individuales, desafuero del senador Erro, etc.) pusieron otra vez de manifiesto el empate político que paralizaba cualquier decisión; se multiplicaban las denuncias sobre torturas, se decretaban clausuras y secuestros de órganos de prensa nacionales y argentinos, se producían atentados de grupos de extrema derecha en centros de enseñanza media, entre otras manifestaciones dramáticas de la crisis (Caetano e Rilla, 2004: 80).

Os estudos sobre a ditadura civil-militar que governou o Uruguai entre 1973 e 1985 costumam usar como referência o critério de periodização de Luis Enrique González, que divide o período em três etapas: A *ditadura comisarial*, entre 1973 e 1976: caracterizada pela ausência de um projeto político próprio da ditadura –diferente do caso argentino,⁶ por exemplo-. Nesta instância, a principal preocupação da ditadura era retomar o que em seu entender era a ordem do país. O *ensaio fundacional*, entre 1976 e 1980: nesta etapa procurou-se criar as bases para um novo projeto político. A *transição democrática*, entre 1980 e 1985: após a recusa via um plebiscito da proposta de um projeto constitucional, que a ditadura apresentou como a “Nova República” (Gonzalez, 1985).

Apesar de nossa proposta de análise também partir da periodização feita por González, que certamente permite em um primeiro momento a formulação de um quadro teórico sobre a ditadura uruguaia, é importante considerar como aponta Carlos Demasi que:

Cualquier periodización representa una dificultad para la reconstrucción de la dictadura; y si bien la propuesta de González resulta plenamente compatible, pueden señalarse algunos problemas que afectan a la comprensión del período dictatorial: si el comienzo de la dictadura coincide con la disolución del Parlamento, entonces se vuelven incomprendibles los episodios de febrero (que son objeto de permanente debate); y si el plebiscito fracasado de 1980 da inicio a la transición, la reconstrucción queda envuelta e la aureola triunfalista con que la sociedad civil recuerda el resultado electoral. Esto le confiere a la apertura un sentido de ineluctable linealidad: la dictadura ya estaba derrotada desde 1980 y cualquier estrategia que desplegará sólo podría demorar su retirada. (Demasi, 2013: 19-20).

⁶ Desde um primeiro momento os militares argentinos apresentaram um projeto político, que chamaram de “Processo de Reorganização Nacional” (Novaro; Palermo, 2003).

Logo, ao trabalhar com o exato momento do resultado do plebiscito, é preciso levar em consideração esta leitura linear que aponta Demasi sobre o período que a periodização representa. De fato, a ditadura uruguaia oscilava entre “restauração” e “inovação” (Caetano; Rilla, 2004). Novamente, é interessante a comparação com o caso da Argentina, em que a principal justificativa para o golpe foi a necessidade da luta contra a “subversão” (Novaro; Palermo, 2003), enquanto as Forças Armadas uruguaias aumentaram sua influência política e social exatamente por serem consideradas as responsáveis pela aniquilação da luta armada.⁷

Porém, a derrota da ditadura no plebiscito de 1980 significou um longo e negociado caminho de retorno à democracia. Foi apenas em 1985, após o Pacto do Clube Naval de 1984 entre militares e líderes dos partidos políticos por eles reconhecidos, que a ditadura chegou em fim. Logo, é importante destacar que o *Mundialito* aconteceu em um contexto de incertezas, em que não se sabia de fato qual seria a reação do regime e de toda a sociedade ao resultado das urnas. Entretanto, uma das possíveis leituras sobre a Copa de Ouro seria a partir de um contexto de euforia com a vitória do “não” no plebiscito. As euforias se unem, a da vitória no plebiscito e a da vitória no campo esportivo. Assim, pensar hoje o torneio é considerar também a memória recente sobre a ditadura uruguaia. Além disso, nos permite também considerar desde outro ponto de vista, o do esquecimento por quase duas décadas, em contrapartida à exaltação popular do momento da vitória, o início do processo de transição democrática após o resultado do plebiscito.

O regime uruguaio não fez uma lei de auto anistia como grande parte de seus vizinhos, e o tema tornou-se um dos principais pontos de conflito para o novo governo que assumiu em 1985. Em maio do mesmo ano, foi declarada a Lei de Anistia para a libertação dos presos políticos.⁸ Porém, a lei não incluía os policiais militares e membros das Forças Armadas acusados de crimes de lesa humanidade, o que significou a abertura de uma série de processos contra os agentes estatais. Frente a ameaça das Forças Armadas, que não estavam dispostas a responder pelo que consideravam ser uma “guerra contra a subversão”, em dezembro de 1986 foi promulgada a Ley de Caducidad de la Pretensión Punitiva del Estado: o Executivo deixava de fazer uso de seus poderes para castigar militares e policiais por crimes cometidos antes de março de 1985, e fechava os processos já abertos (Marchesi; Winn, 2014). Apesar da organização popular que juntou votos para a realização de um plebiscito sobre a anulação da lei, a mesma foi apoiada nas urnas pela maioria da população em 1989.

⁷ Sobre o caso argentino, os autores citados também enfatizam que a justificativa do golpe não condizia com a realidade do país, uma vez que a luta armada já estava desarticulada em 1975, ainda no período democrático. Ver Novaro e Palermo: 2003.

⁸ A ditadura uruguaia foi marcada, no que diz respeito à repressão, principalmente pela tortura e longos períodos de cárcere para os presos políticos. Assim, no retorno à democracia muitos continuavam detidos, e foi um dos primeiros conflitos a ser debatido: liberá-los ou julgá-los? (Marchesi; Winn, 2014).

Somente em 1996 parte da sociedade uruguaia voltou a se organizar ativamente pela luta de memória, quando iniciaram-se as “marchas silenciosas”, que agora não mais pediam “verdade e justiça” como no período da redemocratização, mas sim “verdade, memória e nunca mais”. Entretanto, foi apenas no ano 2000, com a chegada de Jorge Blatter à presidência, que a questão dos desaparecidos na ditadura, a brecha existente na Lei de Caducidade para investigações, tornou-se uma questão de Estado.⁹ Foi organizada a primeira comissão da verdade oficial no país, a Comissão pela Paz (Comipaz), cujo objetivo era investigar apenas os casos de desaparecimento forçado na ditadura.¹⁰

Mas, foi a partir da chegada do Frente Amplio ao poder com o presidente Tabaré Vázquez em 2005 que realmente avançou-se no tema. Segundo Aldo Marchesi, a chegada ao poder de atores políticos favoráveis às demandas de políticas de memória e direitos humanos significou uma importante mudança nas políticas públicas (Marchesi; Winn, 2014). Por exemplo, apesar de ter respeitado a Lei de Caducidade, o governo de Vázquez reinterpretou-a considerando que ela não incluía responsáveis civis ou crimes cometidos fora do Uruguai. Isso significou o julgamento e a condenação do ex-presidente Bordaberry e do chanceler Juan Carlos Blanco (Demasi, 2013).¹¹

Foi neste contexto de mudanças que o *Mundialito* ressurgiu na memória da sociedade uruguaia, com o lançamento em 2007 de um documentário de mesmo nome, mas principalmente a partir de 2010, quando o filme ganhou destaque regional nos 30 anos da realização do evento.¹² Ausente praticamente de todos os trabalhos históricos sobre a ditadura, o Torneio tampouco é mencionado, como dissemos, na página de internet da AUF ou na página da FIFA como um evento oficial da entidade (apesar de ter tido o apoio da mesma e inclusive a presença de João Havelange, então seu presidente).¹³

3. A festa uruguaia

“Te queremos ver campeón”

Vamos a esperar con fe/ Vamos a alentar la idea/ Para que celeste sea/ El triunfo otra vez/ Para levantar el sol/
Y agitar nuestra bandera/ Para que la patria entera/ Grite/ Uruguay Campeón/ Uruguay Campeón!

⁹ O artigo 4 da Lei de Caducidade dava ao Executivo o poder de investigar os casos de desaparecimento forçado e a apropriação ilegal de bebês, e a lei tampouco incluía crimes econômicos (Demasi, 2013). Esse “espaço” foi a forma encontrada no futuro para a condenação de ao menos parte dos responsáveis pelos crimes durante a ditadura.

¹⁰ Entre 1985 e 2007 o Uruguai teve 5 Comissões da Verdade, porém a primeira com o caráter de encontrar culpados de delitos de lesa humanidade por iniciativa estatal foi a Comipaz. Em 1985, por exemplo, a Comissão sobre os Desaparecidos tinha apenas um caráter de coletar dados, sem informar responsáveis (Marchesi; Winn, 2014).

¹¹ Bordaberry foi condenado na causa Michelini e Ruiz, que julgou o desaparecimento destes dois líderes partidários em Buenos Aires em 1976; já Juan Carlos Blanco foi condenado na causa relacionada à professora Elena Quinteros, quem foi retirada de dentro da embaixada da Venezuela em 1976 no momento em que pedia asilo político (Marchesi; Winn, 2014).

¹² *Mundialito*. Diretor: Sebastián Bednarik. 72 minutos, 2007.

¹³ www.fifa.com e <http://www.auf.org.uy>. Páginas consultadas em 02/10/2016.

Uruguay/ Te queremos/ Te queremos ver campeón/ Porque en esta tierra vive/ Un pueblo con corazón/ Uruguay/

Te queremos ver campeón

(coro)

Porque en esta Copa de Oro/ Uruguay sos ganador

Vamos esperar con fe/ Vamos a alentar la idea/ Para que celeste sea/ El triunfo otra vez/ Para levantar el sol/ Y agitar nuestra bandera/ Para que la patria entera/ Grite Uruguay campeón

(Música oficial da seleção uruguaia na Copa de Ouro)

A realização de um torneio esportivo internacional significa ao mesmo tempo euforia, dedicação e riscos. Afinal, não há garantias de que o evento ocorrerá dentro do planejado e esperado. Portanto, o que leva a uma ditadura que busca consenso e legitimização através de um plebiscito a “correr tal risco”? Acreditamos que, além de pensar o futebol como espaço de interesses específicos de discursos e práticas nacionalistas, devemos considerar que “El fútbol como acontecimiento festivo contiene una fuerza de participación y de creación, es expresión de contenidos comunitarios. La fiesta crea momentáneamente la ilusión de comunidad, la ilusión de unidad, de una sociedad homogénea” (Medina, 2009: 4). Era esta ilusão que buscava a ditadura.

Em artigo no *Fifa News* de junho de 1980, o jornalista uruguai Atilo Garrido afirmou que a proposta de sediar um torneio comemorativo dos 50 anos da Copa do Mundo de 1930 apareceu em novembro de 1977, em uma reunião do Conselho Executivo da AUF (*Fifa News* 205, junho de 1980). Ou seja, no relato oficial, a ideia antecedeu a realização da Copa da Argentina de 1978. Ainda assim, é válido considerar que a data de confirmação do evento pela Fifa é novembro de 1979, ou seja, mais de 2 anos depois, e já se sabendo do *sucesso* do evento argentino. De fato, no mesmo artigo de junho de 1980, Garrido destaca que o segundo passo foi durante o sorteio dos jogos da Copa de 1978 e, finalmente, os primeiros contatos com as federações, sondando a possibilidade ou não de participação, ocorreram durante o Congresso da Fifa na Argentina durante a Copa. As versões são variadas. Também em matéria publicado no *Fifa News*, reproduzindo o original da revista argentina *El Gráfico*, afirma-se:

Washington Cataldi tomó la iniciativa y, junto al contador Mario Garbarino, entonces presidente de la Asociación Uruguaya de Fútbol y Oscar Schiaffarino, desarrolló los primeros contactos con los más altos dirigentes del fútbol mundial durante la disputa del Mundial '78, en Argentina. Ya el Presidente de la FIFA, Dr. João Havelange, estaba enterado del tema y había dado su consentimiento. Asimismo, se elevó una carta a la FIFA para que en una reunión a celebrarse en España se tratar a la posibilidad. En octubre del '78 se solicitó oficialmente —por nota— la autorización para organizarlo. Havelange declaró al Centenario "Monumento del Fútbol Mundial" y otorgó el consentimiento, dando a la AUF toda la responsabilidad en las tareas de preparación. Posteriormente, la FIFA toma el torneo como propio y designa a Hermann Neuberger y al

contraalmirante *Carlos Alberto Lacoste* como presidente y vicepresidente de su Comisión Organizadora (*Fifa News* 208, setembro de 1980: p. 507).

A proposta da AUF era de que a mesma seria responsável por todos os gastos das associações participantes (30 pessoas em cada uma) e dos membros da Fifa, além do pagamento e gastos de árbitros e juízes. Além disso, foi acordado também o pagamento, por parte da AUF, de 1% para a Fifa e 0,5% (cada) para a União das Federações Europeias de Futebol (UEFA) e para a Confederação Sul-americana de Futebol (CONMEBOL) do arrecadamento bruto da venda dos ingressos. Finalmente, as associações participantes também receberiam 150 mil dólares por jogo, outro gasto por conta da AUF (Arquivo Fifa: Caixa *Mundialito*, documento sem identificação). Para que isso fosse possível, tanto a Fifa como as associações convidadas renunciaram ao copyright do evento, o que significou que a AUF seria a única beneficiada da venda dos direitos de rádio e TV, finalmente vendidos para o empresário grego/uruguai Angelo Vulgari através da empresa panamenha Strassa (*Fifa News* 208: setembro de 1980).

A proposta de um torneio com todos os campeões mundiais da Copa da Fifa não se concretizou com a ausência da Inglaterra (campeã em 1966), que alegou incompatibilidade com o calendário local. De fato, o torneio aconteceu entre os meses de dezembro e janeiro, no recesso negociado entre os países europeus e seus clubes, como foi o caso da Itália, que após o início das reuniões da Comissão Organizadora em janeiro de 1980 ainda tinha dúvidas sobre as datas dos jogos e a liberação por parte dos clubes. Finalmente, participaram as seguintes seleções: Uruguai (campeão em 1930 e 1950); Itália (campeã em 1934 e 1938); Alemanha (campeã em 1954 e 1974); Brasil (campeão em 1958, 1962 e 1970); Argentina (campeã em 1978); e a Holanda, substituindo a Inglaterra, como última vice-campeã. E como sede, apenas o estádio Centenário, em Montevidéu, construído especialmente para a Copa de 1930, que recebeu 7 jogos nos 11 dias do torneio.

A *velha rixa* entre europeus e sul-americanos não esteve ausente. Para os clubes da UEFA, a distância e o clima foram um problema, porém não os únicos: “se ha hablado y escrito ya demasiado sobre el cambio de clima, adaptación al cambio de hora y hábitos de comida, para no mencionar la motivación que a muy a menudo faltaba” (*Fifa News* 212, janeiro 1981: 17).

Como já comentamos nesse trabalho, o ponto de maior interesse da Organização e da ditadura ao apoiar o evento era o planejamento e a organização da Copa de Ouro. Afinal, tudo dependia do sucesso da empreitada. É interessante analisar que até mais do que a vitória. Afinal, o futebol é um jogo em que, não raras vezes, o resultado surpreende. Garantir a vitória da seleção nacional não era possível. Mas, sim o era apresentar ao mundo e aos próprios uruguaios, um *Mundialito* eficiente.

Nesta procura por uma imagem positiva do país, as obras de infraestrutura se destacam. Uma das maiores preocupações da Fifa era com a reforma do estádio Centenário, que as primeiras inspeções

destacaram incapacitado para organizar um evento internacional daquele porte (Arquivo Fifa, Ata da Sessão número 2 da Comissão Organizadora: 21/03/1980). Mas, para a população local, em termos de obras e infraestrutura o que de fato marcou foi a chegada da televisão em cores.

“Estadio Centenario: los TV de General Electric y Punktal comienzan a emitir una jornada histórica”

El acontecimiento tuvo lugar exactamente 20 minutos antes de que comenzaran las ceremonias en el Estadio Centenario. En la Sala de Prensa, un funcionario manipuló el mando de encendido y en la pantalla del televisor General Electric se formó casi instantáneamente la imagen del campo de juego. Diez segundos después era imposible acercarse al aparato: estaba rodeado por no menos de 50 personas con otras tantas 50 sonrisas que expresaban la satisfacción de ver, solventemente consumado, otro logro nacional. La televisión en colores con una emisión perfecta y una imagen perfecta”. (...) Por primera vez en Uruguay, receptores de TV funcionaron con programas transmitidos desde el principal campo de juego de nuestro país. Ayer se vivió el histórico acontecimiento de un programa uruguayo en color y en vivo y en directo, (...) Estaba en juego el prestigio del país ante los ojos de periodistas de todo el mundo (*E/ País*. 31/12/1981: s/n).

Assim como no Brasil e na Argentina chegou com as Copas de 1970 e 1978, respectivamente, no Uruguai a tecnologia do televisor em cores foi associada ao evento esportivo. Para ditaduras com projetos importantes de desenvolvimento nacional, era um dos momentos de maior impacto construir o discurso nacionalista a partir do avanço tecnológico.

Finalmente, apesar da derrota no plebiscito e dos gritos de “vai acabar, vai acabar a ditadura militar” da torcida na comemoração da conquista, a Copa de Ouro de fato significou a renovação temporária da imagem da ditadura, pelo menos no mundo esportivo. Como publicou o Joseph Blatter, então diretor do departamento técnico da Fifa:

El pequeño país sobre el Río de la Plata, la República Oriental del Uruguay, con sus tres millones de habitantes y el color celeste de su bandera, no sólo venció en el plano deportivo, sino que merece también elogios en el sector de la organización. (...) La Fifa fue patrocinadora de este evento, brindó su valiosa asistencia a la Asociación Uruguaya de Fútbol, tanto en lo que respecta a la organización durante la fase preparatoria, como en la ejecución misma. (...) Los uruguayos dieron de manera exuberante la bienvenida a esta competición con su natural y calurosa hospitalidad (*Fifa News* 212, janeiro 1981: 16,18).

Ainda no mesmo texto, Blatter retoma o que apontamos aqui em relação à retomada da seleção uruguaia à elite do futebol internacional com o êxito: “Con su victoria, Uruguay ha ganado acceso a la fama mundial y puede ahora com orgullo portar el título de “campeón de todos los campeones mundiales”. Es, por lo tanto, muy comprensible que los uruguayos proliferen en superlativos después de este fantástico triunfo” (*Fifa News* 212, janeiro 1981: 16).

Refazemos, então a pregunta: o que explica o *silêncio* e o *esquecimento* por tantos anos da vitória?

Considerações Finais

Recentemente, em janeiro de 2017 e janeiro de 2018, a AUF inclui na sessão de notícias de sua página oficial 2 reportagens (uma em cada ano) sobre os aniversários de 36 e 37 anos da conquista pela seleção uruguaia do *Mundialito*. Como vimos, foi em 2010 que o documentário que resgatava o torneio ganhou repercussão internacional, e 5 anos depois, em 2012, foi lançado no Brasil o episódio *Memórias do Chumbo: O futebol nos tempos do Condor. Uruguai*, dirigido por Lúcio de Castro, em que o jornalista retoma a narrativa da Copa de Ouro como um espaço de resistência à ditadura, como o relato no documentário uruguai de Bednarik. Ainda assim, foram 10 anos até que o tema aparecesse, ainda de maneira muito tímida, no discurso da Associação “guardiã” da memória do futebol uruguai. Johann Michel, ao tratar da construção de memórias e narrativas por parte de poderes públicos aponta que as mesmas “se orientam a supostamente unir membros de uma sociedade ao redor de uma história comum, mesmo se essas configurações narrativas dizem mais sobre a maneira pela qual o poder se coloca em cena e seus valores do que propriamente sobre a memória coletiva sobre a qual supostamente se apoiaria” (Michel, 2010: 15).

Foi a associação entre futebol e ditadura que levou a ausência da Copa de Ouro nas construções memorialísticas pós-ditadura. Principalmente pela forma como essa mesma experiência se deu no caso argentino. Recentemente, em trabalho publicado em 2017, ao comparar a Copa de 1978 na Argentina com o evento no Uruguai, Rondón afirma que:

En el caso uruguayo, aún con sus particularidades, se volvió a repetir el mismo patrón de uso y conducta. Partiendo de un concepto del evento futbolístico concebido como un espacio de construcción e imagen de la identidad nacional, con una importancia simbólica trascendental, su uso y manipulación como propaganda política se convirtió en un instrumento de primer orden al servicio del régimen militar (Rondón, 2017: 5).

Percebemos a permanência da interpretação do torneio uruguai como uma mera cópia da Copa que ocorreu na Argentina 2 anos antes. Este tipo de narrativa não apenas insiste em uma visão única de leitura de tais eventos, que já criticamos neste trabalho, como também em uma análise já hoje bastante contestada na historiografia sobre a ideia e sociedades *vitimizadas* e *manipuladas* por essas ditaduras.¹⁴

¹⁴ Sobre o assunto, os trabalhos recentes de Janaína Martins Cordeiro sobre a ditadura brasileira questionam a visão simplista da dicotomia ditadura X sociedade, por exemplo.

De todas formas, é fato que em um primeiro momento a leitura mais evidente quanto ao *Mundialito* é de uma nova versão ou uma tentativa de êxito igual aos argentinos. Porém, existem diferenças que precisam ser apontadas. A primeira delas é quanto a organização do evento. Na Argentina que preparou a Copa de 1978 houve uma clara divisão entre as responsabilidades da Associação do Futebol Argentino (AFA) e o Comitê Organizador (Ente Autárquico Mundial 1978, EAM78). Enquanto o segundo foi responsável pela organização da competição – o que incluía toda a infraestrutura, negociações financeiras, etc.), a AFA dedicou-se apenas à preparação da seleção nacional.

Pouco mais de 2 anos depois, a situação foi diferente no Uruguai. Apesar do *Mundialito* ter sido declarado de interesse nacional pelo regime (Arquivo Fifa, Ata da Sessão número 2 da Comissão Organizadora: 21/03/1980), tanto a infraestrutura, organização e planejamento quanto a preparação da seleção foram responsabilidades da AUF. Para o evento de 1978, as reuniões da Fifa aconteciam com os membros do EAM; para a Copa de Ouro, eram os representantes da AUF, à quem se subordinava o Comitê Organizador. No entanto, isso não significa a não participação das Forças Armadas. Entre 1977 e 1982, os 3 presidentes que ocuparam a Associação Uruguaia eram militares: Coronel Mario Garbarino (1977-78), Capitão Yamandu Flangini (1978-1980), e Coronel Matías Vázquez (1981-1982).

Outro ponto que chama a atenção na diferença entre ambos os eventos é a reação dos torcedores nacionais nas finais. Certamente a análise das manifestações de torcedores é complexa e deve ser mais desenvolvida, mas um acontecimento específico chama a atenção. Enquanto em 1978 a ditadura festejou em campo e nas ruas com a torcida, no Uruguai em 1981 houve tensões. Nos últimos minutos da partida final, a entrada da banda militar em campo gerou protestos das arquibancadas, e não demorou muito para a manifestação esportiva se transformar em política. Como vimos, logo após a vitória da seleção, ainda no estádio centenário, a multidão de torcedores gritava: “vai acabar, vai acabar, a ditadura militar”. Neste sentido, é importante lembrar a proximidade com o plebiscito de novembro de 1980, que significou uma derrota para o regime e o rechaço ao projeto militar pela maioria da sociedade. Gerardo Caetano, diferente do que afirma Rondón, destaca que a Copa de Ouro “fue un gran éxito popular, pero fue un fracaso absoluto para el régimen. (...) Terminó siendo una instancia de confrontación”¹⁵. Para o historiador, o evento mostra o desconhecimento da ditadura sobre a cultura do futebol, ao entrar em campo nos minutos finais do jogo uma banda militar, que foi vaiada. A colocação de Caetano nos serve para, novamente, questionar: tais gritos eufóricos podem ser compreendidos fora do contexto de exaltação esportiva? Podemos considerar, então, que o espaço futebolístico se tornou uma via de expressões políticas reprimidas ao longo da ditadura? Sendo assim, não seria, então, interessante retomar na narrativa memorialística o evento?

¹⁵ Entrevista de Gerardo Caetano em Mundialito. Diretor: Sebastián Bednarik. 72 minutos, 2007.

Ao mesmo tempo, é preciso questionar as memórias construídas em democracia pelos uruguaios do período autoritário. Como vimos, desde 1985, com a redemocratização, o país viveu intensas mudanças, e, principalmente a partir de 1996 construiu-se uma *lembraça* marcada pela ação política das vítimas da ditadura, e a sociedade emerge, neste quadro, como opositora ao autoritarismo. É neste contexto que temos alguns anos depois o lançamento do documentário resgatando a conquista esportiva. Mais de dez anos depois, o interesse pela Copa de Ouro cresce dentro e fora do Uruguai. E, a partir disso, se abre espaço para repensarmos não apenas as narrativas uruguaias sobre seu passado recente, mas nossas formas de compreender os fenômenos esportivos e suas relações com a sociedade e o autoritarismo.

Referencias bibliográficas e fontes

Arquivo Fifa, Zurique.

AUF, acesso em: www.auf.org.uy

Fifa, acesso em: www.fifa.com

Jornal El País – Uruguai.

Jornal La Nación – Argentina.

Mundialito. (2007). Diretor: Sebastián Bednarik. 72 minutos.

Memórias do Chumbo: O futebol nos tempos do Condor. Uruguai. (2012) Diretor: Lúcio de Castro. 54 minutos.

CAETANO, G.; RILLA, J. (2004). **Breve historia de la dictadura.** Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental.

CORBO, D. (2006). **El plebiscito constitucional de 1980. La derrota del proyecto militar para legitimar un régimen autoritario.** Ediciones Puerta del Sur: Montevideo.

DEMASI, C. “La evolución del campo político en la dictadura”. In: DEMASI, C., DIETSCHY, P.; GASTAUT, Y.; MOURLANE, S. (2013). **La dictadura cívico-militar.** Uruguay 1973-1985. Montevidéu: Ediciones de la Banda Oriental, p. 15-116.

GATTI, G. (2008). **El detenido-desaparecido. Narrativas posibles para una catástrofe de la identidad.** Trilce: Montevideo, GÓNZALEZ, Luis Eduardo, “Transición y restauración democrática”, In Charles Gillespie, Louis Goodman, Juan Rial y Peter Win (org.). Uruguay y la democracia, Montevidéu: Ediciones de la Banda Oriental, 1985, 3, p. 101-120.

MAGALHAES, L. G. (2014) **Com a taça nas mãos: sociedade, copa do mundo e ditadura no Brasil e na Argentina.** Rio de Janeiro: Lamparina/Faperj.

MARCHESI, A. (2010). “Uma parte do povo Uruguai feliz, contente, alegre” Os caminhos culturais do consenso autoritário durante a ditadura” In: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz. (orgs.). **A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX.** v. 2: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 563-595.

MARCHESI, A.; MARKARIAN, V. (2012). “Cinco décadas de estudios sobre la crisis, la democracia y el autoritarismo en Uruguay”. **Revista Contemporánea**, Montevideo: n 3, p. 213-242.

MARCHESI, A.; MARKARIAN, V.; RICO, Á.; YAFFÉ, J. (2013). **La ditadura cívico-militar uruguaya 1973-1985**. Montevidéu: Ediciones de la Banda Oriental, 2013, pp. 15-116.

MARCHESI, A.; WINN, P. (2014). “Uruguay: los tiempos de la memoria” In: WINN, Peter et alli. **No hay mañana sin ayer. Uruguay y las batallas por la memoria histórica en el Cono Sur**. Santiago de Chile: Ediciones de la banda oriental/LOM Editores, pp. 121-204.

MEDINA CANO, F. (2009). “El fútbol y la vivencia festiva de la nacionalidad”. **Méjico: Razón y Palabra**, vol. 14, núm. 69, julio-agosto, 2009.

MICHEL, J. (2010). “Podemos falar de uma política do esquecimento?”. **Revista Memória em Rede**, Universidade Federal de Pelotas, v. 2, número 3, agosto/novembro de 2010, pp.14-26.

MORALES, A. (2003). **“Futbol, Política y Sociedad. Las relaciones entre el poder político y el fútbol en el Uruguay”**. Buenos Aires: Revista Digital Efdeportes N°64, 2003.

MOREIRA, Constanza. “Las paradojas elecciones de fin de siglo uruguayo: comportamiento electoral y cultura política”. (2000)In: BOTTINELLI, Oscar et alli. Elecciones 1999/2000. Montevideo: EBO-ICP, 2000, p. 87-109.

NOVARO, M.; PALERMO, V. (2003). **Historia Argentina** v. 9 – La dictadura Militar 1976/1983, del golpe de Estado a la restauración democrática, Buenos Aires: Paidó.

PADRÓS, H. S.; FERNANDES, A. S. (2012) “A gestação do golpe no Uruguai: o governo Bordaberry e o papel dos militares (1972-1973)”. **Estudos IberoAmericanos**, Porto Alegre: v. 38, n. 1, p. 27-44, jan./jun.

POLLACK, M.. "Memória, esquecimento e silêncio". (1989). In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: Editora FGV, vol.2, n.3.,

RICO, Á. et all. (2017). **Investigación histórica sobre la dictadura y el terrorismo de Estado en Uruguay (1973-1985)**, Tomo III. Montevideo: FHCE – Universidad de la República, 2008.

RONDON, G. Á. Z. “El fútbol como fiesta, el balón como bandera”, Amérique Latine Histoire et Mémoire. Les Cahiers ALHIM, 33.

VASCONCELLOS, D. W. (2011). **Esporte, Poder e Relações Internacionais**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão.

VELHO, G. “Memória, Identidade e Projeto”. (1994). In: **Projeto e Metamorfose**. Rio de Janeiro: Zahar,